

REUNIÃO DESCENTRALIZADA DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DA CEEE EQUATORIAL

Nº da Ata	06/2026		
Data	29/05/2026		
Horário de Início	09 horas	Horário de Término	12h
Local	Sede da CDL Tramandaí-Imbé, em Tramandaí/RS		

PARTICIPANTES**CLASSE RESIDENCIAL:**

Marcia Pisoni Pancotte

CLASSE COMERCIAL:

Valdir Farias de Mattos

CLASSE RURAL:

Fábio Avancini Rodrigues

CLASSE INDUSTRIAL:

Thômaz Nunnenkamp

Airton Zoch Viñas

PODER PÚBLICO:

Joelci da Rosa Jacobs

CEEE EQUATORIAL:

Isabela Rodrigues Saldanha – Secretária-Executiva do Conselho

Thiago Ribeiro Rodrigues – Executivo da CEEE Equatorial

Jorge Modesto - Executivo da CEEE Equatorial

ASSESSORIAS:

Cultura Serra

ORDEM DO DIA

1. Abertura, apresentação dos Conselheiros e apresentação da equipe da CEEE Equatorial;
3. Questionamentos e demandas da comunidade
4. Encerramento.

ATA 06/2026

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às nove horas, no nas dependências CDL Tramandaí-Imbé, em Tramandaí/RS, reuniu-se o Conselho de Consumidores da CEEE Equatorial para a realização de sua reunião descentralizada, com o objetivo de recepcionar lideranças locais, autoridades municipais e representantes da comunidade do Litoral Norte para debater a prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica na região. A sessão foi aberta pelo Presidente do colegiado, Sr. Fábio Avancini Rodrigues, que agradeceu ao presidente da CDL pela cedência do espaço e registrou a presença do Senhor Marcelo Marques, Vice-Presidente Regional da Federasul no Litoral. Em sua manifestação inicial, o Presidente apresentou a estrutura do Conselho, destacando sua total independência funcional em relação à concessionária e detalhando os conselheiros presentes e as respectivas classes representadas. Representando a CEEE Equatorial e sua estrutura de apoio, registraram-se as presenças da Senhora Isabela Rodrigues Saldanha, Secretária-Executiva do Conselho e Executiva de Cliente e Ouvidoria; do Senhor Thiago Rodrigues, Executivo da Regional Norte; e do Senhor Jorge Modesto, Executivo de Manutenção do Litoral Norte. O Presidente reforçou que o propósito principal do encontro descentralizado era ouvir as demandas da comunidade, lembrando que a região possui alta carga instalada e desafios específicos na área rural e nas lavouras de arroz, e informou que a reunião estava sendo gravada para fins de constituição documental e encaminhamento à alta gestão da empresa e à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Seguindo o protocolo de introdução, os conselheiros fizeram o uso da palavra. O Conselheiro Thômaz Nunnenkamp ressaltou a proximidade do fim do mandato do grupo e relembrou o histórico de transição desde o período estatal, pontuando que o Conselho foi reconhecido nacionalmente pela ANEEL em razão de suas atividades e interiorizações. Destacou que, embora o patamar ideal de serviço ainda não tenha sido atingido, percebe-se um engajamento da empresa sob a liderança do atual presidente, Senhor Riberto Barbanera. Relembrou que o passivo financeiro herdado da antiga estatal era severo e demandou pesadas negociações fiscais pelo governo estadual, reforçando que a estabilização dos serviços privados ocorre de forma gradual. O Conselheiro Joelci da Rosa Jacobs destacou sua atuação regional na Federação dos Municípios e observou que as demandas da Equatorial frequentemente batem primeiro nas portas dos vereadores locais. Enfatizou que o papel do conselheiro é atuar como canal para canalizar e formalizar essas reclamações junto à distribuidora, buscando soluções conjuntas para os municípios litorâneos. O Conselheiro Airton Zoch Viñas ponderou que a realidade de Tramandaí se assemelha à de sua base no Balneário Cassino, caracterizada pela triplicação do consumo e da população flutuante durante a temporada de veraneio. Avaliou positivamente o aumento visível de viaturas em circulação e pediu paciência ao

mercado, reiterando que o sucateamento da rede anterior era profundo e que a gestão privada tende a trazer melhorias estruturais de longo prazo. O Vice-Presidente, Senhor Valdir Farias de Mattos, reiterou que o foco do encontro era a escuta ativa das redundâncias e anseios dos clientes, visando ajustar processos e metodologias das equipes terceirizadas. Informou que a ata seria disponibilizada no site oficial do Conselho e que o colegiado planeja retornar à região em momento oportuno para que a concessionária faça uma prestação de contas das ações efetivamente implementadas. A Conselheira Márcia Pisoni Pancotte manifestou sua satisfação em integrar o grupo, colocando-se à disposição para ouvir a comunidade e garantir que a Classe Residencial sinta-se plenamente representada. Concluindo as apresentações iniciais, a Secretária-Executiva, Senhora Isabela Rodrigues Saldanha, compartilhou sua experiência de vinte e um anos no Grupo Equatorial, assumindo com responsabilidade o volume de reclamações gerido pela Ouvidoria. Afirmou que a empresa possui plena consciência do estado de sucateamento da rede e que os planos operacionais têm sido refeitos continuamente para responder aos severos eventos climáticos que atingiram o Estado. Colocou seu telefone celular corporativo à disposição de todas as lideranças presentes como um compromisso direto de atendimento e diálogo técnico. Iniciando as manifestações do público e da comunidade, manifestou-se o Senhor **Everson Almeida**, que está reassumindo a presidência da Associação de Condomínios de Xangri-lá. O orador apresentou o histórico da associação, que comemora dez anos de fundação e congrega cerca de sete mil associados em condomínios fechados. Detalhou as ações voluntárias financiadas pelos moradores em parceria com o poder público, como o cercamento eletrônico, apoio às forças de segurança e projetos educacionais de contraturno e introdução musical nas escolas. No tocante à energia elétrica, relatou que a aproximação com o Conselho e com a assessoria técnica permitiu construir uma agenda positiva com a CEEE Equatorial, resultando na redução de apagões crônicos nos períodos de Ano Novo e Carnaval. Contudo, fez uma crítica ao traçado recente de uma linha de transmissão local, considerando-o uma conveniência da empresa, assunto que restou sob análise da Procuradoria municipal. Solicitou atenção preventiva da distribuidora face ao crescimento anual de cinco por cento na demanda do litoral e pontuou que, fora dos condomínios, o atendimento comercial ainda falha, o que o levou a mover e ganhar uma ação judicial indenizatória contra a concessionária. O Presidente Fábio Avancini interveio para solicitar objetividade aos blocos de fala e reforçou a necessidade de assinatura na lista de presença. Na sequência, manifestou-se o Senhor **Leandro Silva dos Santos**, vereador de Tramandaí e montador de redes elétricas de profissão. O parlamentar criticou severamente a falta de qualificação técnica das equipes terceirizadas que prestam serviços na cidade. Relatou episódios em que erros operacionais na substituição de transformadores provocaram sobretensão na rede, resultando na queima de eletrodomésticos em quadras inteiras e gerando morosidade nos processos de ressarcimento aos consumidores, citando um caso pessoal que levou mais de dois

anos para ser indenizado. Denunciou também que a área rural de Estância Velha sofre com interrupções prolongadas e relatou ter acompanhado um atendimento onde seis equipes sucessivas compareceram ao local e demonstraram incapacidade para emendar um cabo de alta tensão rompido, prolongando o desabastecimento por três dias. Na sequência, o Senhor **João Batista De Matias**, vereador de Imbé, fez uso da palavra para elogiar a instalação de uma nova subestação no município, fruto de audiências públicas anteriores, mas cobrou celeridade na substituição de postes de madeira antigos e em condições precárias. Citou o caso de uma moradora do Balneário Presidente que aguarda há um ano a troca de um poste inclinado próximo a uma escola e denunciou problemas de queda de tensão no Bairro Harmonia, onde vizinhos são impedidos de utilizar chuveiros simultaneamente devido ao subdimensionamento do transformador. O Conselheiro Thômaz Nunnenkamp interveio para contextualizar a composição da fatura de energia, explicando ao público que a parcela administrada pela distribuidora gira em torno de dezessete por cento, sendo o restante composto por impostos e encargos setoriais, apontando o crescimento acelerado dos subsídios à geração distribuída e a programas governamentais como os principais fatores de encarecimento da tarifa. O Senhor **Jonathan Silva**, engenheiro civil da De Mello Incorporações, manifestou-se para relatar um problema pontual envolvendo a existência de uma ligação irregular em um lote adquirido e a dificuldade burocrática para desligamento da rede. Prosseguindo com as manifestações locais, manifestou-se o Senhor **Thiago Lopes**, vereador licenciado e Secretário de Obras de Tramandaí. O secretário relatou a extrema dificuldade de interlocução da prefeitura com a concessionária, classificando o diálogo direto como inexistente e pontuando que a empresa executa substituições de postes nas vias centrais sem aviso prévio ao município. Denunciou que equipes terceirizadas recolheram e desviaram ilegalmente luminárias, suportes e fios de propriedade da iluminação pública municipal, ativos que só foram parcialmente recuperados após a prefeitura apresentar provas fotográficas registradas por moradores, informando que o município está ajuizando uma ação coletiva em face da distribuidora em razão de tais prejuízos patrimoniais. Afirmou que a Equatorial deita postes novos e deixa avenidas inteiras às escuras por não restabelecer as conexões das luminárias e criticou a desorganização na fiação excedente de telefonia e internet que permanece pendurada após as intervenções na rede. A Secretária-Executiva Isabela Saldanha interveio para esclarecer que a regularização e o compartilhamento dos postes com empresas de telecomunicações envolvem esferas regulatórias complexas ligadas à Anatel e à ANEEL, sendo um problema de âmbito nacional. Informou que o Presidente Riberto Barbanera tem liderado reuniões com provedores na Regional Norte e estabeleceu prazos rígidos para a adequação do perímetro sob risco de corte compulsório das fiações irregulares. O Secretário Thiago Lopes retomou a palavra para reforçar que as equipes contratadas pela distribuidora falham na fiscalização e deixam os cabos operacionais pendurados, deixando a estética urbana precária. Solicitou a abertura

de um canal de comunicação imediato e direto com a engenharia ou gerência da empresa para resolver as demandas urgentes do município e exemplificou a crise técnica citando o caso de seu sogro, que permaneceu mais de vinte dias com o fornecimento em meia fase, recebendo visitas de cinco equipes ineficazes, cuja solução só foi obtida por via judicial e contratação de técnico particular. A Secretária Isabela Saldanha reiterou seu compromisso de manter o celular corporativo aberto vinte e quatro horas para o atendimento das autoridades e informou sobre o site público "Mais Energia RS", onde o andamento das obras estruturais e subestações pode ser monitorado em tempo real pelo município. O Senhor **Reginaldo da Rakelly**, Secretário de Indústria, Comércio e Serviços de Tramandaí, corroborou as críticas sobre a falta de comunicação com as empresas provedoras e elogiou os mutirões de limpeza de fiação executados emergencialmente pela prefeitura no entorno do hospital local, relatando acidentes graves ocorridos com motociclistas em razão de cabos deixados caídos nas vias públicas pelas equipes de campo. O Senhor **André Selistre**, vereador de Santo Antônio da Patrulha, parabenizou a iniciativa do Conselho e registrou que as audiências públicas de dois mil e vinte e quatro trouxeram avanços em infraestrutura, mas criticou a perda de referências gerenciais locais após a privatização, deixando as agências de atendimento engessadas e dependentes de protocolos digitais automáticos. Como empresário, relatou os prejuízos comerciais causados por desligamentos sem aviso prévio nas sextas-feiras e solicitou que os contatos diretos da Ouvidoria sejam compartilhados com as bases parlamentares para agilizar o socorro às comunidades. Elogiou, por outro lado, o cabeamento protegido que está sendo instalado nas avenidas principais de Santo Antônio da Patrulha para mitigar os problemas de vegetação na rede. O Senhor **Jonathan Silva** manifestou-se novamente para relatar o precário atendimento recebido na agência de Capão da Canoa, onde os atendentes demonstraram desconhecimento burocrático e rispidez no trato com o cliente, atrasando em meses a liberação de ligações provisórias para canteiros de obras. Criticou também a morosidade de até seis meses no processo de aceite e migração de redes de iluminação pública entregues por incorporadoras em loteamentos e condomínios, bem como a falta de assistência técnica e abertura de ordens de serviço para a substituição de transformadores novos em garantia. O Senhor **Nilson Missel**, produtor rural com propriedade na localidade de Fortaleza, relatou que os produtores daquela região, na divisa com Cidreira e Palmares do Sul, sofrem com desabastecimentos que chegam a durar uma semana. Afirmou que a rede de postes de madeira está podre e escorada por moirões particulares e que a falta crônica de energia força o investimento em geradores a diesel e inviabiliza o funcionamento de poços artesianos, gerando perda de mão de obra e prejuízos nas lavouras de arroz e soja e na pecuária. O Presidente Fábio Avancini complementou que a energia elétrica na zona rural é insumo essencial de produção e o cálculo de investimento deve ponderar o volume de consumo e a relevância do agronegócio para o PIB estadual, recebendo a confirmação do Senhor Nilson Missel de que a produtividade

166 rural daquela área supera a média local. Encaminhando a reunião para o
167 encerramento, o Senhor **Gildomar Lemos Pereira**, vereador de Tramandaí,
168 manifestou sua preocupação com os postes de madeira deteriorados na localidade
169 de Estância e na Indianópolis, apontando riscos iminentes de queda de
170 transformadores. Relatou uma experiência pessoal em sua residência onde
171 permaneceu três dias sem luz devido à recusa de três equipes sucessivas em subir
172 no poste sob a alegação de base apodrecida, cobrando o retorno de gerentes
173 resolutivos nas agências locais para dar respostas à comunidade. O Senhor **Marcelo**
174 **Marques** pediu a palavra para reforçar, em nome da CDL e da Federasul, que
175 embora seja favorável à privatização e compreenda o passivo de postes herdado da
176 antiga estatal, a deficiência em comunicação e a falta de linhas diretas com o
177 Secretário de Obras e com o Prefeito são injustificáveis. Denunciou que, no dia
178 anterior, uma clínica local sofreu sobretensão severa que queimou computadores e
179 centrais telefônicas, exigindo melhorias imediatas nos canais de atendimento e na
180 qualificação da mão de obra terceirizada. O Conselheiro Airtón Viñas sugeriu que a
181 Equatorial adote estratégias de comunicação via rádio, a exemplo do que faz a
182 distribuidora RGE na região serrana, divulgando cronogramas semanais de
183 desligamentos programados com antecedência para permitir o planejamento dos
184 produtores e comerciantes. O Conselheiro Joelci da Rosa Jacobs criticou a ausência
185 de devolutivas eficazes nos protocolos do sistema de atendimento ao cliente,
186 endossando a necessidade de resgatar a figura da gerência regionalizada que
187 conhecia a fundo as redes de municípios como Terra de Areia e Três Forquilhas. Um
188 participante (que não se identificou) questionou fortemente a troca dos cabos de
189 cobre pelos de alumínio multiplexado, afirmando que historicamente o alumínio
190 "nunca funcionou na praia" devido à oxidação e ao salitre. Ele demonstrou grande
191 preocupação de que isso cause sérios problemas de mau contato e queda de energia
192 no curto prazo. Além disso, reclamou que as equipes de campo tentaram retirar o
193 cabo de cobre trifásico da casa dele para colocar o de alumínio. Na sequência, o
194 Senhor **Márcio André Seibel**, presidente da CDL Tramandaí-Imbé, reforçou que a
195 principal demanda percebida na reunião foi a necessidade de aperfeiçoamento da
196 comunicação entre a concessionária, os municípios e as entidades representativas.
197 Relatou que a CDL e a Federasul vêm buscando informações junto à distribuidora
198 para subsidiar estudos sobre a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública,
199 especialmente quanto à distribuição do encargo entre comércio, unidades de baixa
200 renda e imóveis de veraneio com baixa ocupação no período de inverno, defendendo
201 maior transparência no fornecimento desses dados para permitir eventual revisão
202 mais justa da cobrança. O engenheiro **Jorge Modesto**, Executivo de Manutenção
203 da CEEE Equatorial, explicou tecnicamente que a empresa está implantando cabos
204 de alumínio isolados e multiplexados, que atendem às normativas da ABNT e
205 possuem alta resistência ao salitre e contatos acidentais com a vegetação, servindo
206 também como barreira à prática de furtos de cabos de cobre que assolam a região
207 metropolitana e o litoral. Valdir Farias de Mattos interveio para esclarecer as

propriedades químicas das conexões bimetálicas e ressaltou que a tecnologia é adequada desde que haja capacitação técnica contínua dos eletricitistas para evitar pontos de aquecimento e rompimento mecânico. Ainda sobre os processos de expansão e atendimento técnico, Valdir Mattos observou que empreendedores, incorporadores e loteadores devem ser tratados como parceiros estratégicos da concessionária, pois são responsáveis pela criação de novas unidades consumidoras. Defendeu que os fluxos de ligação, análise, aceite de redes e atendimento a novos empreendimentos sejam aprimorados, evitando atrasos e entraves que prejudiquem tanto os consumidores quanto a própria expansão da base atendida pela distribuidora. No encerramento dos trabalhos, o Presidente Fábio Avancini Rodrigues distribuiu informativos com os contatos independentes do Conselho e reforçou que a prática de interiorização visa capturar as demandas reais. Lembrou que a concessionária cumpre o término do quinto ano do contrato de transição, o que extingue os prazos de tolerância regulatória e passa a exigir o cumprimento integral dos indicadores de continuidade sob pena de severas sanções pela agência reguladora nacional. Garantiu que todas as manifestações registradas integrariam o relatório oficial a ser entregue diretamente à alta direção da companhia, agradecendo a presença de todos e declarando encerrada a sessão.

Fábio Avancini Rodrigues

Presidente do Conselho de Consumidores da CEEE Equatorial – Classe Rural

Valdir Farias de Mattos

Vice-Presidente do Conselho de Consumidores da CEEE Equatorial – Classe Comercial

Thômaz Nunnenkamp

Representante Titular da Classe Industrial

Marcia Pisoni Pancotte

Representante Titular da Classe Residencial

Joelci da Rosa Jacobs

Representante Titular da do Poder Público

Airton Zoch Viñas

Representante Suplente da Classe Industrial

Isabela Saldanha

Secretária-Executiva